
EXAME FINAL NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

Prova Escrita de História B

11.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Prova 723/1.ª Fase

14 Páginas

Duração da Prova: 120 minutos. Tolerância: 30 minutos.

2015

VERSÃO 1

Indique de forma legível a versão da prova.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Deve riscar aquilo que pretende que não seja classificado.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Apresente as suas respostas de forma legível.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.



ColorADD

Sistema de Identificação de Cores

CORES PRIMÁRIAS | BRANCO E PRETO

Diagram illustrating the primary colors and white/black identification system. It shows three primary colors (AZUL, AMARELO, VERMELHO) and two secondary colors (BRANCO, PRETO) using various shapes and patterns. Below, it shows combinations of these colors and white/black to create secondary colors.

AZUL AMARELO VERMELHO BRANCO PRETO

$\text{Amarelo} + \text{Azul} = \text{Verde}$ $\text{Azul} + \text{Vermelho} = \text{Roxo}$

$\text{Vermelho} + \text{Amarelo} = \text{Laranja}$ $\text{Azul} + \text{Branco} = \text{Cinza Escuro}$

$\text{Vermelho} + \text{Azul} = \text{Roxo}$ $\text{Amarelo} + \text{Branco} = \text{Cinza Claro}$

Diagram illustrating the identification system for secondary colors and metallic tones. It shows seven secondary colors (AZUL, VERDE, AMARELO, LARANJA, VERMELHO, ROXO, CASTANHO) and two metallic tones (DOURADO, PRATEADO) using various shapes and patterns. Below, it shows combinations of these colors and white/black to create secondary colors.

AZUL VERDE AMARELO LARANJA VERMELHO ROXO CASTANHO

BRANCO | PRETO | CINZENTOS TONS METALIZADOS

BRANCO PRETO CINZA CLARO CINZA ESC. DOURADO PRATEADO

TONS CLAROS

TONS ESCUROS

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvam a produção de um texto, a classificação tem em conta a organização dos conteúdos, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

GRUPO I

A APOLOGIA DA RAZÃO HUMANA NO PENSAMENTO EUROPEU DO SÉCULO XVIII

O ideário dos iluministas, segundo d'Holbach, na *Enciclopédia* (1751-1772)

Os representantes de uma nação são cidadãos escolhidos que [...] estão encarregados pela sociedade de falar em seu nome, de estipular os seus interesses, de impedir que a oprimam, de contribuir para a administração. [...]

5 Sob o governo feudal, a nobreza e o clero tiveram durante muito tempo o direito exclusivo de falar em nome de toda a nação, ou de serem os seus únicos representantes. O povo, formado [...] pela parte mais numerosa, mais trabalhadora e mais útil da sociedade, não tinha por si o direito de falar; foi forçado a receber, sem murmurar, as leis que alguns grandes combinaram com o soberano. [...] Só depois de os reis terem suportado durante muito tempo os excessos de uma nobreza arrogante e as iniciativas de um clero muito rico e independente, deram
10 alguma influência à nação nas assembleias que decidiram do seu destino. [...] Precisou-se de leis [...].

Só gradual e muito lentamente é que os governos ganharam estabilidade; baseados inicialmente na força, só se podem manter assentes em leis justas que assegurem as propriedades e os direitos de cada cidadão, e que os defendam da opressão; [...] não pode
15 haver sociedade duradoura se os direitos de cada um não forem protegidos do poder que quer sempre abusar; esteja em que mãos estiver, o poder torna-se funesto se não estiver bem limitado [...].

Um monarca não pode usufruir de um verdadeiro poder se não governa súbditos felizes e voluntariamente unidos; para que o sejam, é preciso [...] nunca sacrificar os interesses de
20 todos aos de uma minoria e dar atenção às necessidades de todas as ordens. Nenhum homem é capaz, sem conselhos, sem auxílio, de governar uma nação inteira; nenhuma ordem no Estado pode ter a capacidade de conhecer as necessidades dos outros; por isso o soberano deve ouvir todos os súbditos [...]; mas para que os súbditos se expliquem sem tumulto, convém que tenham representantes, ou seja, cidadãos mais esclarecidos que os
25 outros, cujas posses os liguem à pátria, cuja posição os coloque em situação de sentir as necessidades do Estado. [...]

Os representantes garantem o respeito pelo povo de quem deriva o seu poder [...] e [cujos] direitos são direitos da nação, imprescritíveis e inalienáveis; por menos atenção que se dê à
30 razão, ela provará facilmente que o povo pode [...] destituir os representantes que o traíam, que abusem dos seus poderes.

Identificação da fonte

Paul-Henri Thiry, barão d'Holbach, «Representantes», in *A Enciclopédia – Textos Escolhidos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1974, pp. 169-175 (adaptado)

1. Considerando o pensamento de d'Holbach, na defesa de povos «felizes e voluntariamente unidos» (linhas 18-19), pode definir-se o Iluminismo como um movimento
 - (A) artístico que valorizou a racionalidade do espaço pictórico por meio da perspetiva.
 - (B) literário que visou reencontrar as raízes nacionais nas lendas e nos mitos medievais.
 - (C) religioso que destacou o êxtase místico como forma de conhecer e chegar a Deus.
 - (D) filosófico que privilegiou a razão como motor do progresso das sociedades humanas.

2. A ideia de um Estado baseado nos direitos naturais inerentes à condição humana e «em leis justas que assegurem as propriedades e os direitos de cada cidadão» (linhas 13-14) exprime
 - (A) os interesses do clero e da nobreza, preocupados com a manutenção dos seus privilégios.
 - (B) as aspirações da burguesia, detentora de poder económico mas afastada da vida política.
 - (C) a vontade dos sectores mais pobres da sociedade de ver abolida a propriedade privada.
 - (D) o exercício da autoridade absoluta dos monarcas como garantia da ordem estabelecida.

3. A crítica dos filósofos iluministas ao Antigo Regime, sistema em que o povo «foi forçado a receber, sem murmurar, as leis que alguns grandes combinaram com o soberano» (linhas 7-8), representava a recusa
 - (A) do absolutismo régio e dos privilégios baseados no nascimento.
 - (B) do parlamentarismo e da participação dos cidadãos na vida política.
 - (C) do liberalismo moderado e da igualdade natural entre os cidadãos.
 - (D) do despotismo esclarecido e da promoção das elites intelectuais.

4. A afirmação de d'Holbach «esteja em que mãos estiver, o poder torna-se funesto se não estiver bem limitado» (linhas 16-17) demonstra uma conceção política defensora da
 - (A) manutenção do poder económico nas mãos da grande nobreza.
 - (B) supremacia do poder legislativo sobre o executivo e o judicial.
 - (C) concentração de todos os poderes nas mãos dos monarcas.
 - (D) separação entre os poderes legislativo, executivo e judicial.

5. Além de d'Holbach, alguns dos principais filósofos iluministas do século XVIII, apostados em libertar o espírito humano do peso da tradição e em guiá-lo através da «razão» (linha 29), foram
 - (A) Maquiavel, Erasmo e Thomas More.
 - (B) Descartes, Francis Bacon e Galileu.
 - (C) Montesquieu, Voltaire e Rousseau.
 - (D) Aristóteles, Ptolomeu e Galeno.

GRUPO II

PORTUGAL NO FINAL DO SÉCULO XIX E NO INÍCIO DO SÉCULO XX: DA CRISE DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL À EXPERIÊNCIA REPUBLICANA

Documento 1

Empréstimos públicos contraídos por Portugal (1880-1902)

Ano	Montante (em libras)	Taxa de juro (em %)	Objetivo declarado
1880	8 700 000	3	Consolidação de dívida flutuante externa e subsídios a companhias de caminhos de ferro
1884	10 260 000	3	Consolidação de dívida flutuante externa e despesas em geral
1888	17 261 940	4,5	Conversão de empréstimos anteriores, indemnizações por expropriações e despesas em geral
1890	2 526 000	4	Obras públicas
1891	10 000 000	4,5	Consolidação de dívida flutuante externa e despesas em geral
1896	800 000	4,5	Marinha de guerra
1902	34 734 105	3	Conversão de alguns empréstimos anteriores

Documento 2

Apresentação de um candidato a deputado pelo Partido Republicano (21 de março de 1890)

A opinião democrática, base do Partido Republicano, é muito mais racional do que a teoria do privilégio dinástico e o partido [...] exerce o dever de dar a essa opinião representação condigna no parlamento português. [...] O nome de Bernardino Pereira Pinheiro, conhecido por largos anos de [...] honradez inquebrantável e de constante protesto contra a oligarquia monárquica [...], é o que o Partido Republicano apresenta para mostrar à nação que ela já se não redime sem mudança fundamental das instituições.

Não podem formular esta opinião, que neste angustioso momento agita Portugal inteiro, esses pretendentes que exploram as candidaturas oficiais, com as quais se formam as maiorias em que se apoiam as mais absurdas situações políticas. [...]

Desde que o parlamento português tem sido manchado pelas cenas lastimosas que parecem conduzir mais depressa às cadeiras do poder, e aí ostentar uma política de violência, [...] atentando contra todos os direitos e liberdades cívicas, é preciso que o Partido Republicano mande ao Congresso da nação [...] homens que [...] sejam um poder moral [...] e um protesto veemente contra a ilegalidade e o despotismo.

Face aos acontecimentos do *ultimatum*, e perante um governo que abafa o sentimento da pátria para se ajoelhar perante a Inglaterra, que protege o trono para mutilar a nação, as candidaturas republicanas são a forma mais nítida do protesto da consciência nacional. [...]

O secretário do Diretório, Teófilo Braga

1. Na monarquia constitucional, o exercício do poder pelos partidos Regenerador ou Progressista, os quais «formam as maiorias em que se apoiam as mais absurdas situações políticas» (documento 2, 2.º parágrafo), ficou conhecido por
 - (A) cabralismo.
 - (B) rotativismo.
 - (C) vintismo.
 - (D) setembrismo.

2. Refira três dos fatores, presentes nos documentos 1 e 2, que justificaram a crise da monarquia.

3. Indique o nome do acontecimento, ocorrido em 1 de fevereiro de 1908, que vitimou o rei D. Carlos e o príncipe herdeiro D. Luís Filipe.

4. Explique, a partir do documento 2, três das opções tomadas durante a Primeira República que visavam a «mudança fundamental» (1.º parágrafo) do sistema político.

Identificação das fontes

Doc. 1 – Eugénia Mata e Nuno Valério, «Dívida pública externa e crescimento económico em Portugal (1830-1914)», in *Notas Económicas 11*, in <http://digitalis-dsp.uc.pt> (consultado em 28/11/2014) (adaptado)

Doc. 2 – <http://casacomum.org> (consultado em 29/11/2014) (adaptado)

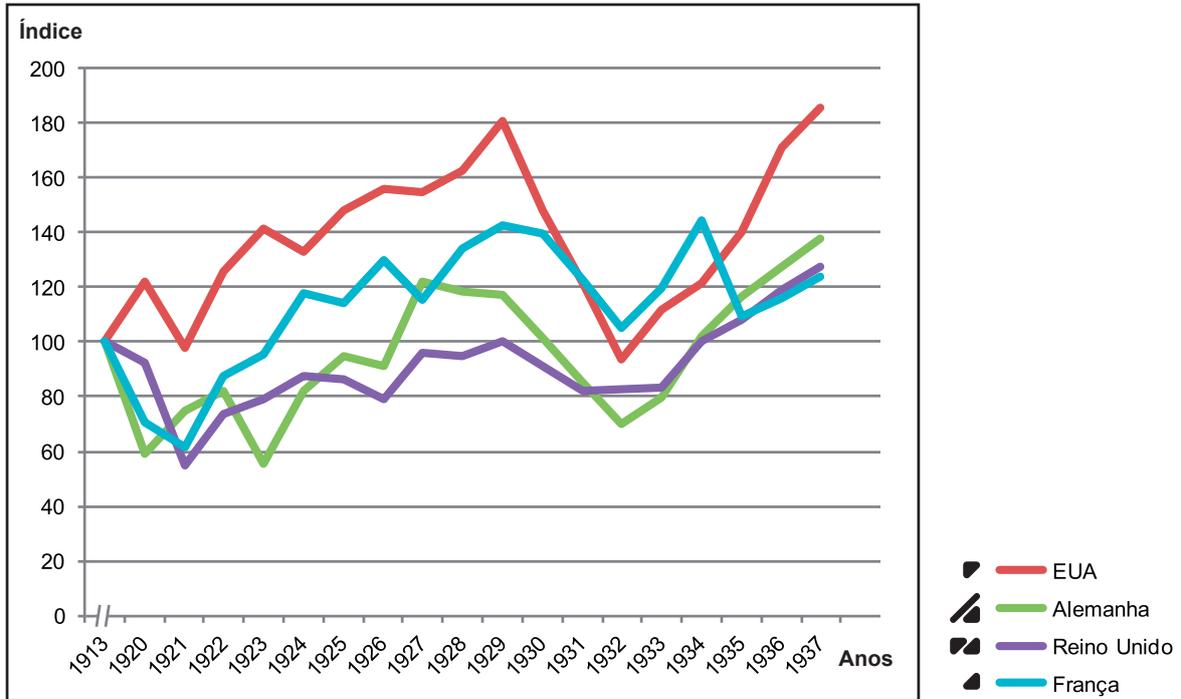
Página em branco

GRUPO III

O MUNDO CAPITALISTA DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL À DÉCADA DE 1950: DIFICULDADES E REALIZAÇÕES

Documento 1

Índices anuais de produção industrial (1913-1937) (Índice 100 = 1913)



Documento 2

Consequências da crise – caricatura na revista *Life* (30 de janeiro de 1931)



"Scuse me, Buddy, is this the bread-line or a run on a bank?"

Tradução:

Desculpe-me, companheiro, esta fila é para a sopa dos pobres ou é uma corrida ao levantamento dos depósitos bancários?

Caminhos para a saída da crise nos EUA
– cartaz do *Federal Art Project** (1936-1941)



Tradução:

– O Trabalho Sustenta a América

– Prosperidade

* Programa para o envolvimento de artistas, implementado pela agência Works Progress Administration (WPA), no contexto do *New Deal*.

A segurança social no Relatório Beveridge (1942)**

Agora, quando a guerra está a destruir todo o tipo de referências, é a oportunidade para usar a experiência adquirida de um novo modo. [...]

A organização da segurança social deve ser considerada apenas como uma parte de uma política global de progresso social. [...]

A segurança social deve ser levada a cabo através da cooperação entre o Estado e o indivíduo. O Estado deve proporcionar segurança através dos serviços e prestações sociais. O Estado, ao organizar a segurança, não deve sufocar a iniciativa, a oportunidade, a responsabilidade; ao estabelecer uma ajuda mínima nacional, deve criar espaço e incentivo para a ação voluntária de cada indivíduo, para que providencie mais do que esse mínimo para si e para a sua família.

** Data de apresentação no parlamento britânico; as principais medidas foram decretadas e aplicadas no pós-guerra.

1. O período dos «anos loucos», que se viveu nos EUA após a Primeira Guerra Mundial, ficou também conhecido como a era da
- (A) Grande Depressão.
 (B) Guerra Fria.
 (C) prosperidade.
 (D) globalização.

2. Associe cada um dos fenómenos relacionados com a crise nos EUA, presentes na coluna **A**, com a afirmação correspondente, que consta da coluna **B**.

Escreva, na folha de respostas, apenas as letras e os números correspondentes. Utilize cada letra e cada número apenas uma vez.

COLUNA A	COLUNA B
(a) Superprodução	(1) Quebra acentuada do preço das ações, valores e títulos à venda nas bolsas, por falta de compradores.
(b) Deflação	(2) Fenómeno de desequilíbrio entre a moeda em circulação e os bens disponíveis, marcado por desvalorização monetária e subida dos preços.
(c) <i>Crash</i>	(3) Situação económica, ligada a períodos de crise, caracterizada por uma diminuição global dos preços.
	(4) Processo de fabrico em que há uma uniformização de modelos padronizados, facilitando a produção em série.
	(5) Situação de desequilíbrio em que a oferta de bens cresce mais do que a procura, originando a saturação dos mercados.

3. Explique, a partir do documento 1, três das causas da mundialização da crise de 1929, iniciada nos EUA.

4. Desenvolva, a partir dos documentos de 1 a 4, o seguinte tema:

Da crise mundial à afirmação do Estado-Providência nas décadas de 1930 a 1950.

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, três aspetos de cada um dos seguintes tópicos:

- problemas sociais no final da década de 1920 e no início da década de 1930;
- saídas da crise nos EUA, na década de 1930: as políticas do *New Deal*;
- triunfo do Estado-Providência nas democracias ocidentais, nas décadas de 1940-1950.

Identificação das fontes

Doc. 1 – Paul Kennedy, *Naissance et Déclin des Grandes Puissances*, Paris, Éditions Payot, 1989, p. 343 (adaptado)

Doc. 2 – Chester Garde, *in* revista *Life*, 30 de janeiro de 1931, *in* www.archelaus-cards.com (consultado em 01/12/2014) (adaptado)

Doc. 3 – Vera Bock, *in* www.loc.gov (consultado em 01/12/2014) (adaptado)

Doc. 4 – www.sochealth.co.uk (consultado em 04/12/2014) (adaptado)

GRUPO IV

DO PORTUGAL MARCELISTA AO PORTUGAL DEMOCRÁTICO: OPÇÕES DE POLÍTICA INTERNA E EXTERNA

Documento 1

«Conversa em Família» de Marcelo Caetano, publicada no *Diário de Lisboa* (19 de junho de 1969)

As [minhas] deslocações [à Guiné, a Angola e a Moçambique] revestiram-se de significados que não escaparam à opinião interna e internacional. As manifestações nas províncias ultramarinas foram a expressão eloquente do desejo das populações de se manterem portuguesas e de não serem abandonadas na sua defesa contra os perturbadores da paz.

[...] Somos forçados a enormes sacrifícios de homens e de dinheiro para manter um policiamento militar que proteja vidas e bens. [...] A evolução económica e social das províncias e o progresso das suas populações [...] têm de seguir firmemente [...].

Todos os anos, as Nações Unidas aprovam resoluções acerca da autodeterminação dos territórios portugueses [...]. Eu pergunto se algum governante português consciente e responsável pode ceder a tal intimação. [...]

Entretanto, vamos fazendo face, na medida do possível, aos problemas internos. [...] O governo a que presido afirmou desde início a sua disposição de se dedicar aos problemas da juventude [...]. Não podemos é admitir o regresso às formas primitivas de confrontação de interesses [...]. Qualquer governo tem de assegurar a disciplina das instituições e fazer observar as leis do país. Os contestadores, por esse mundo, costumam agora suscitar a desordem e chamar provocação ao aparecimento das forças que têm por missão manter e restabelecer a ordem. E também faz parte da sua técnica denunciar a repressão das ações ilegais que eles próprios praticam como sendo uma violência do poder.

Documento 2

Eleições para a Assembleia Nacional de 1973 – desdobrável de propaganda



1. Refira, a partir dos documentos 1 e 2, três das estratégias utilizadas no período marcelista para «manter e restabelecer a ordem» interna (documento 1, 4.º parágrafo).

2. Transcreva dois dos excertos do documento 1 que, segundo o autor, constituem razões para a manutenção das «províncias ultramarinas» (1.º parágrafo).

3. Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos relativos à política externa portuguesa. Escreva, na folha de respostas, a sequência correta de letras.
 - (A) Transferência efetiva da soberania de Macau para a República Popular da China.
 - (B) Proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau, não reconhecida por Portugal.
 - (C) Criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).
 - (D) Reconhecimento por Portugal do direito dos territórios ultramarinos à independência.
 - (E) Assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE.

FIM

Identificação das fontes

Doc. 1 – *Diário de Lisboa*, 19 de junho de 1969, in <http://casacomum.org> (consultado em 03/12/2014) (adaptado)

Doc. 2 – <http://ephemerajpp.com> (consultado em 03/12/2014)

COTAÇÕES

GRUPO I

1.	5 pontos
2.	5 pontos
3.	5 pontos
4.	5 pontos
5.	5 pontos
	<hr/>
	25 pontos

GRUPO II

1.	5 pontos
2.	20 pontos
3.	5 pontos
4.	25 pontos
	<hr/>
	55 pontos

GRUPO III

1.	5 pontos
2.	5 pontos
3.	25 pontos
4.	50 pontos
	<hr/>
	85 pontos

GRUPO IV

1.	20 pontos
2.	10 pontos
3.	5 pontos
	<hr/>
	35 pontos

TOTAL **200 pontos**